



AFLUENTE: REVISTA DE
LETRAS E LINGUÍSTICA

ISSN 2525-3441

Sthefan Bravin Ponche

Universidade Federal do Tocantins
orcid.org/0000-0003-3172-1786
sthefan.bravin@mail.uft.edu.br

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins
orcid.org/0000-0003-2887-1302
thiago.soares@mail.uft.edu.br

Discurso, mídia e poder: aprisionamento de sentidos e liberdade de André do Rap

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de apresentar como estão dispostos os elementos discursivos que compõe a capa de Veja, edição 2709, ano 53, nº 43, de 21 de outubro de 2020 por meio da Análise do Discurso (AD) de linha francesa; isto é, inferir como a mídia impressa age ideologicamente no bojo social a partir do sujeito Veja; e, assim, compreender como a temática Segurança Pública estabelece nuances entre o verbal e não-verbal. Ancorado principalmente no suporte teórico-metodológico do período arqueogenealógico de Michel Foucault, o trabalho empreendido descreve e interpreta elementos discursivos na órbita da temática cujo título é “Universidade do Crime” e ao fundo fotos de André do Rap oferecem um terreno propício para se entender a complexa relação entre o Estado, a mídia e o poder paralelo. O presente texto não dispensa também um olhar cuidadoso quanto à composição trazida pela capa do editorial e a tentativa de aprisionamento dos sentidos por parte da grande mídia. Quanto aos resultados alcançados, o trabalho revela como as relações de poder estabelecidas entre os Aparelhos Ideológicos e Repressivos de Estado na atualidade estão seguindo um viés digno de reflexões pontuais como as apresentadas.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Mídia; Michel Foucault.



INTRODUÇÃO

Não é por caso que capas de grandes periódicos são tidas há algum tempo como objeto de estudo por diversas áreas do conhecimento, especialmente pela Análise do Discurso (AD).

Proveniente de um trabalho de quilate imensurável, podendo ser considerado um gênero de discursoⁱ, pois comporta equipes de profissionais de diversas áreas do conhecimento, tais como: diagramadores, fotógrafos, jornalistas, redatores, revisores, arte finalistas, comunicadores; enfim, equipe que tem em várias mãos o intento de transmitir por meio da linguagem verbal e não-verbal uma ideologia atravessada pelo componente história, cujo resultado imediato dessa produção deixa o analista do discurso em um terreno fecundo de análise (ALMEIDA; XAVIER; OLIVEIRA, 2016, p.20).

Entende-se, ancorado no que ensina Orlandi (2007, p.14), que “Pensando sua materialidade, podemos dizer que o texto não é uma superfície plana, nem tão pouco uma chapa linear[...]” ainda mais quando a análise se concentra no texto midiático, em “que a mídia é um lugar de interpretação e que funciona pelo ‘ibope’, que se rege pelo predomínio da audiência” (ORLANDI, 2007, p.16).

Isso reverbera no seguinte pensamento: “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 2014, p.10).

Ao que apregoam Orlandi e Foucault, ainda que em searas epistemológicas um pouco distantes, tem-se que o gênero capa de revista não se entrega na interpretação perfunctória; exige do analista um trabalho oblíquo de comento para se entender qual o desejo e a relação de poder a ser disseminada objetivando a captura do seu público alvo, assim como a aplicação das relações de poder existente principalmente na segunda fase foucaultiana, também denominada fase genealógica do discurso. “O método genealógico proposto e sustentado em estudos foucaultianos como uma abordagem analítica, *também histórica*, volta-se para a abordagem de dispositivos de poder que produzem efeitos sobre os sujeitos” (FERNANDES, 2014, p.114, grifo nosso). De mais a mais, a temática Segurança Pública vem atravessada, em sua



maior parte, por elementos históricos e uma regularidade sócio-ideológica consonantal. “É por meio das regularidades que se emolduram com mais clareza o tópico em investigação pelo analista, corroborando, assim, com as projeções determinantes advindas dos objetivos, hipóteses e questões de pesquisa” (FERNANDES; SANTOS, 2004, p.114).

Ante isso, o objetivo primário desse texto é apresentar como a mídia se vale de elementos discursivos empregados na composição da capa da edição do sujeito *Veja*, edição 2709, cuja temática Segurança Pública, personificada na imagem de André Oliveira Macedo – vulgo André do Rap, age discursiva e ideologicamente.

Na mensuração hipotética, questiona-se como a mídia por meio do objeto simbólico em análise (re)produz os sentidos desejados no estabelecimento das relações de poder. E quais foram as condições de produção do discurso que materializaram as formações ideológicas interligadas às diversas formações discursivas presentes na construção da capa em análise.

Destarte, quanto ao aporte teórico-metodológico tem-se a apresentação e o desdobramento de conceitos trazidos pela AD de origem francesa; especialmente por Michel Foucault, uma vez que para ele “Analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência” (FOUCAULT, 2017, p.186); ou seja, pelo princípio constitutivo da contradição é que se forma o fio condutor do discurso, o qual é o esteio dessa tarefa.

50

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Sabe-se que a escolha do objeto de análise exige do analista a empregabilidade de alguns conceitos de que a Análise do Discurso de origem francesa solicita na descrição e na interpretação do *corpus*. Dentre eles, o conceito primário que será explorado é o de discurso, o qual, por conseguinte se liga a outros que o gênero capa de revista exige.

O conceito de discurso “designa, em geral, para Foucault, um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos



diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns” (REVEL, 2005, p. 37). Observa-se que o conceito trazido não limita o campo de aplicação de discurso. Não há discurso apenas numa dada circunscrição científica, pois

Ainda que Foucault tenha, no decorrer de seus estudos, se afastado de alguns conceitos formulados na Arqueologia, o conceito de discurso segue adquirindo espessura nos tantos trabalhos que nele se sustentam. Além disso, para P. Veyne (2007) muitas confusões envolveram o termo discurso, de forma que às vezes se confunde com práticas discursivas, episteme, dispositivos (SARGENTINI, 2015, p.24).

Ou seja, o funcionamento do “[...]discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (GREGOLIN, 2006, p.108-109) independentemente em qual terreno a luta se estabeleça.

É mister apresentar, também, o conceito de discurso que para Orlandi (1999, p.21) se normatiza quando “[...] é efeito de sentidos entre locutores”. E ainda elucida como o discurso se relaciona com outros discursos por meio das relações de sentido, uma vez que eles são compostos na seara histórico-social. Ademais, cabe-nos trazer que os efeitos de sentidos são estabelecidos entre os sujeitos da enunciação, os quais tendem a negar o esgotamento de um dado conteúdo analítico. Não há como estabelecer um anteparo quanto aos sentidos que surgem entre o sujeito *Veja* e o público consumidor, por exemplo.

Não há limitações para análise quando a história é uma das variáveis envolvidas. Dela cada sujeito tem a liberdade de se valer da forma como presenciou o passado, como foi contada pelos antepassados em âmbito familiar ou como tenha sido recebida da mídia. Isto quer dizer que uma palavra pode possuir incontáveis sentidos dependendo da forma que a história foi ministrada.

Por trás da história desordenada dos governos, das guerras e da fome, desenham-se histórias, quase imóveis ao olhar - histórias com um suave declive: história dos caminhos marítimos, história do trigo ou das minas de ouro, história da seca e da irrigação, história da rotação das culturas, história do equilíbrio obtido pela espécie humana entre a fome e a proliferação (FOUCAULT, 2019, p.8, grifo nosso).

E a medida que se tem a história sendo o elemento transversal ao *corpus discursivo*, é-se necessário o entendimento, que como afirma Courtine (2014, p.54) “[...] *corpus discursivo* como um conjunto de sequências discursivas, estruturado



segundo um plano definido em relação a um certo estado das Condições de Produção do discurso”; e para tanto, as mídias tendem a explorar nas sequências discursivas do *corpus* por meio da formulação de sentidos. A construção de sentido para o gênero capa de revista se revela a partir do momento que o interlocutor ativa seus conhecimentos de mundo numa perspectiva complementar (SILVA; CABRAL, 2015, p. 8).

Ou seja, esse Sujeito Universal – *Veja* – domina o que o público alvo conhece, o que cada um deve ver ou compreender; ele não pode permitir que seus consumidores tenham condições de escolha, de reflexão ou, muito menos, qual a temática da próxima edição. O discurso se estabelece por meio de uma hierarquia sustentada pelo que a Formação Discursiva lhe garante, uma vez que quem ocupa o lugar de fala nesse contexto é o sujeito universal mídia. “Como sucede com todas as ‘tecnologias do poder’ de que fala Michel Foucault, as mídias participam diretamente da imposição das normas que estruturam o Gênero, atuando, assim, senão como um reflexo” (GULLY, 2014, p. 149).

Essa propositura nos remete ao que Pêcheux (2018, p. 89) aludindo Paul Henry chancela sobre *pré-construído*, pois “Foi isso que levou P. Henry a propor o termo ‘pré-construído’ para designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em posição ao que é ‘construído’ pelo enunciado”.

Para assim se encaixar no que outrora expunha que “Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série [...] de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise do discurso” (PÊCHEUX, 2015, p. 53).

Se há lugar de interpretação é porque o sentido não é estático. Ele está em curso. E o discurso é a dinâmico, é com isso que a AD se preocupa. Com os pontos de deriva necessários para a obtenção de múltiplas possibilidades de interpretação em determinadas Formações Discursivas (FD), compostas pelas Formações Ideológicas (FI). O que a mídia promove tem uma marca ideológica. Um sistema de ideias que pode usar algemas para aprisionar os sentidos, muitos dos quais ela não tem interesse que sejam consumidos.



Diante dessa amplitude, o conceito de *interdiscurso* se faz determinante e assim se apresenta:

Interdiscurso: presença de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais, entrelaçados no interior de uma formação discursiva. Diferentes discursos entrecruzados constitutivos de uma formação discursiva dada; *de um complexo com dominante* (FERNANDES, 2004, p.46).

É por meio da história que os discursos de diferentes âmbitos sociais são constituídos e interconectados nas formações discursivas. Essa é a razão de a história se manter tenaz e vivaz. Isto é, o interdiscurso é o marco, o ponto inicial da construção discursiva do agora.

Michel Foucault torna-se *sine-qua-non* a fim de fundamentar a aplicação dos conceitos instituídos no plano teórico-metodológico. Iniciemos assim o que ele instruiu como Formação Discursiva.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade” (FOUCAULT, 2014, p.47).

Assim Soares (2019, p.41) assevera que “para Foucault, aquilo que define uma formação discursiva não é a unidade que tão somente existe entre enunciados, mas sim, um sistema de dispersão que, de certa forma, viabiliza a detecção de regularidades enunciadas”, despertando a reboque reflexão de como os enunciados fazem sentidos no *corpus*.

Se assim esclarece o autor brasileiro quanto à Formação Discursiva, cabe-nos apontar que a composição sistemática de Formações Discursivas sobre uma determinada temática deságua na Formação Ideológica. Segurança Pública é de longe um tema atraente por ser complexo; é essencial por ser coletivo; e o seu aparecimento histórico é regular.

É, assim, de bom alvitre explorar ainda o que é ensinado por Foucault e por Soares quanto ao *enunciado* na sua essencialidade. Dentro das diversas conotações realizadas por Foucault em *A Arqueologia do Saber* quanto ao *enunciado*, há uma menos abstrata e melhor se adequa no viés seguido até aqui, vide: “O enunciado não é, pois, uma unidade elementar que viria somar-se ou misturar-se às

unidades descritas pela gramática ou pela lógica. Não pode ser isolado como uma frase, uma proposição ou um ato de formulação” (FOUCAULT, 2019, p.132).

Soares complementa o entendimento de *enunciado* da seguinte forma:



O enunciado não diz respeito apenas ao conjunto de unidades linguísticas componentes da frase, do argumento ou do ato de fala. Ele abarca a frase, o próprio argumento e até o ato, para que, então, façam sentido, de modo a voltarem para o que é a emergência do seu acontecimento (SOARES, 2020, p.173).

Ou seja, não há reducionismo para o *enunciado*. Pelo contrário, Foucault não delimita com precisão o que é o enunciado e proporciona que seja feita uma construção por parte do seu leitor quanto ao que acredita ser o *enunciado*. Ele preenche os indicativos, mas não formula com a mesma precisão, por exemplo, o que o círculo bakhtiniano trouxe para esse conceito. Mas, nem de longe, busca-se uma aproximação entre essas correntes teóricas.

Para Soares o enunciado deve abarcar a frase e não apenas os elementos linguísticos que a compõe, assim como o próprio argumento e até mesmo o ato de fala para que se tenha sentido, pois é pelo sentido que se pontua o acontecimento discursivo.

E neste ponto o conceito de *disciplina* torna-se indispensável, pois para Foucault:

O modelo disciplinar foi, sem dúvida, em parte construído em torno da experiência que Foucault teve, a partir de 1971-72, no interior do GIP (Grupo de Informação sobre as Prisões). É somente entre a publicação de *Vigiar e Punir* (1975) e os cursos do Collège de France, de 1978-79, que Foucault começa a trabalhar num outro modelo de aplicação do poder, o controle, que trabalha ao mesmo tempo a descrição da interiorização da norma e da estrutura reticular das técnicas de assujeitamento, a gestão das populações e as técnicas de si (REVEL, 2005, p.35, grifo do autor).

Em *Vigiar e Punir* Foucault afirma que a ressocialização nas prisões, etapa final da ação do Estado para aqueles que quebraram o pacto social legalmente constituído, apresenta-se com regularidade por mais de um século em vários lugares do mundo:

Nos últimos anos, houve revoltas em prisões em muitos lugares do mundo. Os objetivos que tinham, suas palavras de ordem, seu desenrolar tinham *certamente qualquer coisa de paradoxal*. Eram revoltas contra toda uma miséria física que dura há mais de um século: contra o frio, contra a sufocação e o excesso de população, contra as paredes velhas, contra a fome, contra os golpes (FOUCAULT, 1987, p.33, grifo nosso).



Amolda-se com isso o princípio da contradição com a intersecção do elemento *história*. A regularidade discursiva para a temática Segurança Pública/ressocialização acontece desde o século XVII. E a mídia brasileira, especialmente nas décadas pós-ditadura militar, observa nisso uma oportunidade comercial.

Até porque com descumprimento dos Direitos Humanos, o encarceramento massivo e discriminatório dos marginalizados, em sua maioria negros e uma lógica neoliberal, inclusive modelo do governo atual, não há como não dar azo a um ser teratológico tal como se observa atualmente no parasitismo interestados; ou seja, o estado paralelo é o parasita e o Estado Democrático o hospedeiro da relação. E é disso que a mídia se alimenta, de uma autofagia entre o mercado e o lucro.

“Outro ponto a se observar é que Foucault é o investigador do ‘*modo como*’. Eu me explico, em sua obra ele se distancia do objeto de responder [...] o que é o sistema prisional. [...] interessa-lhe estudar ‘*o modo como se pune*’” (SARGENTINI, 2015, p.21, grifo da autora); logo, questiona-se, como é a punição do Estado ente federativo e o estado paralelo? Está se ressocializando ou formando novos “soldados do crime” conforme afirma *Veja?*

Apesar de o estado paralelo não assumir a existência de sanções sumárias, inclusive com execução, dentro e fora dos presídios, por meio de tribunais de exceção, “A imprensa passou a chamar esses eventos de ‘tribunal do crime’, mas o termo nunca foi usado pelo PCC. O sistema de justiça, para aqueles que ‘estão no crime’[...]” está capitulado no estatuto do Primeiro Comando da Capital - PCC (MANSO; DIAS, 2019, p. 116).

Assim “a probabilidade de praticar um crime e ser pego pela polícia faz parte do cálculo dos criminosos, que apelidaram o sistema penitenciário de ‘faculdade’” (MANSO; DIAS, 2019, p. 143). Como não ser interessante para o leitor que as prisões estão sendo comparadas às universidades do crime!? Assim o discurso passa a formular efeitos de sentido e atingir a capilaridade necessária à manutenção da interpelação do sujeito.

“Sujeito do discurso não é uma pessoa [...]; trata-se antes de uma posição que alguém assume, diante de um certo discurso. Ora, essa posição se dispersa em várias cenas enunciativas, que o analista do discurso se encarregará de descrever” (FISCHER, 2013, p.134).



Por fim, acredita-se que tenha ficado límpida a noção de que por meio de conceitos de próprios da AD se fundamenta no plano teórico-metodológico, pois é o *corpus* quem pede uma especificidade quanto à conduta de análise. Assim “neste campo disciplinar, teoria e metodologia são indissociáveis, ou seja, só é possível se falar em metodologia envolvendo elementos teóricos, a partir de alguns conceitos próprios à Análise do Discurso” (FERNANDES, 2005, p.60).

DISCURSO, MÍDIA E PODER

É inexorável que por meio da abrangência que a mídia detém cria-se uma homogeneidade social ao que tange ao pensamento dominante, oriundo do método do sujeito representativo, em que no caso em estudo é *Veja*. E o objetivo da indústria cultural é que o espectador tenha a capacidade reflexiva cuidadosamente evitada; isto é: “O espectador não deve ter necessidade de nenhum pensamento próprio, o produto prescreve toda reação: não por sua estrutura temática – que desmorona na medida em que exige o pensamento -, mas através de sinais” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.113).

“*Veja* busca uma *homogeneidade* em torno de si, criando um ‘sujeito’ como forma de negar os conflitos que porta. Esse sujeito aparece como *homogêneo*, e envolve tudo o que for publicado pelos seus jornalistas e editores” (SILVA, 2005, p.91, grifo nosso). Essa homogeneidade a qual a autora se refere converge na produção de todo o corpo editorial, a fim de que se estabeleça uma cadência em volta da temática principal que é expressa na capa da revista. Afinal a indústria cultural tem que seguir o posicionamento uníssono página a página, como também nacional e internacionalmente, pois ela assume a posição do capital financeiro. Vide:

[...]o programa ideológico e político defendido em *Veja* tem características notoriamente “globalizantes”, mas os interesses defendidos são claramente do capital, nomeadamente o financeiro. O caráter empresarial da editora Abril nasceu e se desenvolveu voltado a interesses internacionais, tendendo para a oligopolização da mídia (SILVA, 2005, p. 420).

Ou seja, a pesquisadora alerta que *Veja* sobrevive do oligopólio porque trata a homogeneidade como fator de sobrevivência financeira. Aspecto observável claramente quando notícias



são reproduzidas em várias partes do planeta por interesse do mercado consumidor. Tendo o papel de induzir alguns ao ilusionismo do que seria informação séria; conduzir outros a “liberdade” que os tornam presos ao ciclo semanal de consumo; para, então, os efeitos de sentidos seguirem uma formatação, um aprisionamento na construção dos discursos da Hidra de Lerna consumidora.

Historicamente, as reportagens policiais eram menos valorizadas e eram delegadas a profissionais menos experientes ou menos preparados do que os de setores considerados “sérios”, como o da cobertura política. Este quadro já se modificou bastante. A Segurança Pública passou a integrar os noticiários com mais requinte, distanciando-se de publicações fortes e apelativas as quais faziam o efeito inverso do que realmente se buscava comercializar (RODRIGUES, 2007, p. 15).

Diante dessa mudança, a mídia se readequou e, em sua maior parte, passou a noticiar como as organizações criminosas agem dentro e fora dos presídios nacionais. Questiona-se a extensão dos tentáculos das facções, especialmente, o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho (CV), quando se valem da ineficácia do Estado por não conseguir deter a ação dessas entidades que se transformaram em grandes empresas infiltradas no tecido adiposo do Estado gerando um “outro” oligopólio.

As *relações poder* nos remetem ao conceito estabelecido na fase genealógica, em que

Foucault nunca trata do poder como uma entidade coerente, unitária e estável, mas de “relações de poder” que supõem condições históricas de emergência complexas e que implicam efeitos múltiplos, compreendidos fora do que a análise filosófica identifica tradicionalmente como o campo do poder (REVEL, 2005, p. 67).

Os efeitos múltiplos os quais são assim tratados por Foucault designam uma magnitude bem maior do que a sobreposição de uns sobre outros. Existem relações de poder que não necessariamente são desenvolvidas pelo subjugamento ou imposição física, elas se estabelecem na composição discursiva e esse campo do poder é o de melhor desempenho pela mídia.

“As diversas instâncias da vida social desenvolvem os seus próprios processos contraditórios autônomos. Entre eles vigora uma determinação em última instância pelo econômico”

(GREGOLIN, 2006, p.49), pois essa é a instância maior que move o Estado, o poder paralelo e não menos diferente a mídia, por se alimentarem do mesmo líquido amniótico.



A Segurança Pública por ter passado por transformações ao longo das seis últimas décadas, fez com que a mídia tivesse que aprimorar como a temática seria consumida pelo seu nicho de mercado. Reportagens sanguinolentas tendem a dar cada vez mais lugar a matérias em que o derramamento de sangue fora substituído pelo derramamento de dinheiro dos cofres públicos e a ação das facções dentro e fora dos presídios.

A capa dessa edição de *Veja* enseja ao consumidor possibilidades de Formações Imaginárias mais requintadas; por meio de formatações mais vivazes e atrativas ao público consumidor. Assim como a exploração semântica nos enunciados é aprimorada de maneira cada vez mais sistêmica de modo, muitas vezes, a aprisionar os sentidos. As formações ideológicas passaram a ficar cada vez mais evidentes já em primeiro plano para que a identificação por parte do leitor seja praticamente instantânea e consumida de pronto.

58

A ANÁLISE: DISCURSO, MÍDIA E PODER

Michel Foucault (2008, p.8) levanta alguns questionamentos os quais movem nossa atenção para o processo de ressocialização nas prisões: “Mais outras perguntas: se o culpado é encontrado, vale a pena puni-lo? Quanto custaria puni-lo? O que se deveria fazer para puni-lo e, punindo-o, reeducá-lo? Ele é efetivamente reeducável?”.

Preliminarmente vale lembrar o que instrui Gregolin quanto ao fazer análise do discurso: “a) É necessário priorizar a descrição das materialidades discursivas; b) Nas práticas de análise de discurso, a descrição e a interpretação devem ser simultâneas, numa espécie de batimento” (GREGOLIN, 2006, p. 31).



Figura 1 – Capa de *Veja*



59

Fonte: *Veja*, 21 de outubro de 2020.

Veja traz a imagem de André Oliveira Macedo, em uma mesma situação, mas em momentos históricos diferentes. Ou seja, em ambas a imagem retrata a condição de condenação, de reincidência por meio das fotografias. Conhecida vulgarmente como “fotografia de cadeia” o perfil deve ser o mesmo: de frente, sem piscar, boca fechada, cabelo o menor possível e o enquadramento de altura e sinais aparentes – como tatuagens – são preponderantes para identificação. Uma vez que o formato da capa está como o de um cartaz policial a procura do fugitivo, cuja circulação se dá atualmente nas redes sociais pela virtualização comunicativa, a fim de facilitar a captura do infrator, mas outrora era fixado nos locais de grande circulação social, tais como: postes das praças centrais, igrejas, delegacias, órgãos públicos, entre outros. Neste

DISCURSO, MÍDIA E PODER:
APRISIONAMENTO DE
SENTIDOS E LIBERDADE...
Afluentes, UFMA/CCEL, v.6, n.19,
p. 48-70, jul./dez. 2021
ISSN 2525-3441

ponto já se tem o *pré-construído* em funcionamento pela formatação em que o *corpus* se dispôs, uma vez que o *sujeito* sabe o que esse modelo de cartaz representa para o público consumidor e os efeitos no imaginário coletivo.



Ademais, nessa perspectiva de uniformidade da imagem ao longo do tempo tem-se o conceito de *disciplina* sendo aplicado na sua essência, pois o Aparelho Repressivo do Estado marca que os protocolos disciplinares estabelecem uma padronização desde o tamanho do cabelo, passando pela vestimenta e o padrão da fotografia são marcas do adestramento imposto pelo Estado.

À esquerda com feição mais esguia e jovial, aspecto realçado pela fotografia em branco e preto; marca a ideia de incipiência no mundo do crime quando se projeta o olhar para a imagem em cores. Uma vez que ao se observar um retrato monocromático em arquivos fotográficos é inevitável a comparação com o presente ou com o passado próximo. “Olhar o tempo pretérito e uma forma de compreendê-lo e de restaurá-lo para a posteridade” (GREGOLIN, 2000, p. 21).

À direita, por meio da fotografia colorida traz ideia de tempo presente, a feição demonstra sinais de velhice e ganho de peso, talvez porque estava vivendo perdulariamente na ostentação que o mundo do crime oferecia. A pele parda revela o perfil da maioria dos detentos, negros e com baixa escolaridade; reflexo da história brasileira, que coaduna com o encarceramento em massa. “Se em 2005 os negros representavam 58,4% do total de presos, enquanto os brancos eram 39,8%, em 2019 essa proporção chegou a 66,7% de negros e 32,3% de brancos” (PIMENTEL; BARROS, 2020, p. 307).

Ao centro, a escala numérica em metros representando a compleição; o Rapper possui aproximadamente um metro e oitenta e sete de altura, o que lhe garante imponência física em casos em que a força pela sobrevivência pode ser necessária na cadeia. A ideia de um soberano na hierarquia do crime não pode ser descartada. “Em torno da cena estão depositados os signos e as formas sucessivas de representação; mas a dupla relação da representação com o modelo e com o soberano, com o autor e com aquele a quem ela é dada em oferenda, essa relação é necessariamente interrompida” (FOUCAULT, 1992, p. 31).



Veja, em vermelho, centralizado na parte superior da capa, na 3ª pessoa do imperativo afirmativo – “Veja, você, UNIVERSIDADE DO CRIME”, estabelece um vocativo para o interlocutor. E também com valor substantivado dá nome ao editorial, que por estar acima da cabeça do condenado, desperta a atenção para a ideologia esquerdista que o editorial “tenta” representar e isso está acima dos dois metros de altura. Aplicação pura do que se descreve por *interdiscurso*. Ou seja, ainda que um representante do PCC tenha uma “envergadura considerável” sócio-economicamente conquistada pelo crime, o editorial está acima disso. A mídia está acima do PCC – do estado paralelo. Só não está acima do mercado financeiro internacional, o qual inclusive dita as normas da política financeira nacional. O neoliberalismo objetiva o lucro; reeducar é educar novamente, o que é caro, não sendo interessante para o Estado, mas lucrativo para a mídia ao observar a desídia dos governantes.

Observa-se como o *conceito de poder* vislumbrado por Foucault estabelecido em sua fase genealógica se apresenta por meio da trajetória descrita até aqui:

O sistema das diferenciações que permite agir sobre a ação dos outros, e que é, ao mesmo tempo, a condição de emergência e efeito de relações de poder (diferença jurídica de estatuto e de privilégios, diferença econômica na apropriação da riqueza, diferença de lugar no processo produtivo, diferença lingüística ou cultural, diferença de saber/fazer ou competência...) (REVEL, 2005, p. 68).

André possui privilégios em relação aos membros da organização por estar no top da pirâmide; por estar na condição em que o poder melhor se apresenta, principalmente pela diferença de poder econômico, o que lhe favorece uma diferença jurídica ao ponto de conseguir a liberdade na Suprema Corte. O poder não pode agir por si só, deve seguir uma teia, uma rede protocolar de favorecidos.

“A imprensa precisa individualizar os casos. A mídia sempre viveu de personagens e exemplos, constata o repórter André Luiz Azevedo, da Rede Globo. Escolher uma pessoa como símbolo é parte da cartilha básica do jornalismo” (RODRIGUES, 2007, p.61). Aqui o momento é a própria representação da história da individualização de André do Rap ao longo da sua vida criminosa. Em outras palavras, a expertise angariada nas passagens pela “Universidade do Crime” lhe ofereceu ascensão na escala hierárquica criminosa ao

ponto de o levar para fora da prisão por meio de estratégias jurídicas duvidosas.

As concepções de *sujeito* e de *história* na Arqueologia de Foucault são fundamentalmente importantes para se perceber aquilo que sempre foi considerado como linear, e de fato, não é. Nem a história nem o sujeito podem ser pensados de maneira chapada como até então fora feito (SOARES, 2020, p. 174, grifo nosso).



Nesse mote, ressalta-se que o sentido do imagético na capa da revista só é conquistado pela interpretação daqueles que se colocam diante das seguintes perguntas: “o que isso quer dizer?”; “por que esse e não outro membro do PCC está na capa da revista neste momento?”. O sentido é relação direta entre o sujeito e a história (ORLANDI, 1999, p. 45).

Soares (2018, p.182) elucida ainda que “Uma notícia cuja voz é um dos centros de seu dizer tem uma celebridade como alvo segundo a qual orbita estratégias de construção de efeitos do sucesso sobre a voz”; *Veja*, ainda que implicitamente, aponta para André como uma celebridade que ascendeu no mundo do crime por ter sido preso aos 19 anos como aviãozinho do tráfico e depois de conhecer a “Universidade do Crime” angariou os postos mais altos na hierarquia do PCC. O crime tem escola e é a oportunidade para os marginalizados terem uma vida de ostentação.

O título da capa “*UNIVERSIDADE DO CRIME*” retrata que o cárcere passou a ser um centro de recrutamento e formação para os novos infratores da lei. Em outras palavras, retoma-se o pensamento foucaultiano de *como se está punindo, como se está ressocializando*. Talvez, neste enunciado central da capa, a interpretação tenda para o lado de que *não se está ressocializando* por ausência da ocupação do Estado nos seus mais diversos territórios. A materialização do *implícito* remete o pensamento aos presídios os quais estão sendo centro de formação por ausência do Estado democrático de Direito e presença do estado paralelo - PCC. “Suponhamos que um dos dois Estados assim constituídos seja vencido pelo outro: seu exército é vencido, dispersado, sua soberania destruída; o inimigo ocupa a terra” (FOUCAULT, 2010, p.79) qual é senão esse o subtendido transmitido pelo título? Ou seja, o PCC aparece onde o Estado Democrático se esconde; o PCC vence onde o Estado está derrotado.

Althusser (1970, p.43-44) considera as prisões como aparelhos repressivos, e as universidades e as escolas como



Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). “Com todas as reservas que esta exigência implica, podemos desde já considerar como Aparelhos Ideológicos de Estado as instituições seguintes: o AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares) e o AIE da informação (imprensa, rádio-televisão, etc.)”.

Veja dá sequência aos enunciados com o primeiro sub-título:

“*Como o PCC transformou uma das maiores populações carcerárias do planeta em mão de obra. Foragido da Justiça, André do Rap é um dos exemplos: entrou na cadeia aos 19 anos como aviãozinho de drogas e se tornou um dos mais temidos traficantes da facção*”. Não há como evitar o que ensina Orlandi quanto ao conceito de Formação Discursiva:

A noção de formação discursiva, ainda que polêmica, é básica na Análise do Discurso, pois permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso.

A formação discursiva se define como aquilo que numa *formação ideológica* dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada- determina o que pode e deve ser dito (ORLANDI, 2020, p.41, grifo nosso).

63

O que chama a atenção é a disposição construtiva do primeiro período do sub-título. *Veja* inicia o enunciado com o pronome interrogativo “*Como*”, pois essa é uma técnica retórica de captar a atenção do leitor para a interpelação e impulsioná-lo à reflexão em conjunto. Mas não se vale do diacrítico interrogação (?) para assim o fazer. Ela “pergunta afirmando” a atitude do PCC, o que limita o questionamento do interlocutor, porque assim não pode haver esforço inteligível. Fica-se patente a aplicação da formação discursiva que o sujeito vislumbra na conjuntura sócio-histórica atual.

No próximo enunciado, *Veja* vale-se da argumentação por exemplificação; isto é, utiliza-se de André do Rap como modelo, visando à afirmação de que por meio do crime há uma possível ascensão aos que estão às margens da sociedade. O que deixa subtendido que existe algo bom no crime quando ligado à facção criminosa do calibre do PCC. Assim como está implícito que ele está foragido, mas não é revelado que a fuga aconteceu depois de uma manobra jurídica – 9º pedido de *habeas corpus* – ao julgador certo (Ministro Marco Aurélio Mello), no momento exato; uma vez que a equipe de advogados do

detento era composta inclusive por uma sócia de um assessor do ministro, informada pela própria reportagem, vide: “Com um time de advogados credenciados, que incluía até uma sócia de um ex-assessor de Marco Aurélio Mello, o traficante entrou com nove habeas-corpus para conseguir a solturaⁱⁱ.”



Ducrot rememora o significado e a importância do implícito, pois há:

[...] modos de expressão implícita que permitem deixar entender sem incorrer na responsabilidade de ter dito[...]. Ora, tem-se frequentemente necessidade de dizer certas coisas e ao mesmo tempo de poder fazer como se não as tivéssemos dito, de dizê-las mas de modo tal que se possa recusar a sua responsabilidade (DUCROT, 1972 *apud* ORLANDI, 2007, p. 65).

Quanto ao segundo sub-título disposto na capa: “*As brechas e trapalhadas jurídicas que permitem a libertação de bandidos perigosos*”, está-se diante de mais um paradoxo. O sujeito aprisiona sentidos nesse enunciado e libertam-se críticas ao Supremo Tribunal Federal, consubstanciando mais uma vez o aparecimento e o desaparecimento das contradições.

Rolim de maneira *sui generis*, descreve do que se vale *Veja* para convencer o público:

Tal resultado termina criando ou reforçando estereótipos. A opção pelo uso de expressões carregadas de significados “neutralizadores”, quando não abertamente preconceituosas, permite uma sucessão de “contrabandos” ideológicos dificilmente percebidos pelo público (ROLIN, 2006, p. 195).

Esse “contrabando” ideológico do qual o autor se vale faz jus à forma como o sujeito *Veja* aponta de maneira contraposta à Suprema Corte brasileira e, possivelmente nada lhe será questionado, pois a mídia está acima dos dois metros. O nicho consumidor, em sua maioria, talvez não perceba que “brechas” e “trapalhadas” acontecem em espetáculos circenses promovidos desde Roma pelas “supremas cortes”.

“Pensamento e expressão são interdependentes, tanto é certo que as palavras são o revestimento das ideias e que, sem elas, é praticamente impossível pensar” (GARCIA, 1992, p.155), pois o pensamento se materializa nas palavras e, por conseguinte, no discurso. E se valer desse discurso apelativo na atualidade torna-se *démodé*.



Considerações

A pesquisa espera ter alcançado o propósito desejado que foi a apresentação e desdobramentos de conceitos próprios da Análise de Discurso de origem francesa e a suas relações com o discurso midiático promovido pelo sujeito *Veja* e como agiu no gênero capa de revista na temática Segurança Pública.

Quanto aos efeitos de sentido produzidos no estabelecimento das relações de poder vislumbradas em Foucault, fase arqueogenealógica, percebeu-se que a mídia tenta criar formas de aprisionar os sentidos a fim de não permitir questionamento por parte do público consumidor, nem mesmo resistência ao que lhe é oferecido como “discurso de verdade”. As relações de poder devem enfrentar o mínimo de aversão por parte do leitor; seus corpos devem ser dóceis e seus pensamentos devem convergir com aquilo que a mídia impressa coaduna em relação ao mercado financeiro internacional. Marcas da política neoliberal apresentam-se e o governo atual, pelo menos ao que parece, não consegue se livrar das relações parasitárias estabelecidas entre o Estado e o poder paralelo.

Nem de longe foi pensado o esgotamento da temática, o que não toca no denodo da exploração até aqui. Pois a querela é observada como incipiente quando se aglutina mídia e Segurança Pública no âmbito dos estudos do discurso; e o atravessamento histórico por ser presente deixa o terreno propício para a tarefa de análise no gênero capa de revista o qual é oriundo de um trabalho a várias mãos que aglutina o verbal e o não verbal.

“Assim, a leitura da obra de Michel Foucault amplia a abrangência da Análise do Discurso, uma vez que, em seu pensamento, o discurso é uma categoria fundante do sujeito, do saber, do poder, da verdade, da subjetividade” (FERNANDES, 2014, p.110). Isso corrobora com que foi desenvolvido no estudo, pois para Foucault o discurso existe como uma das formas de o sujeito “revelar” seu poder. E *Veja* não desviou desse propósito, assim como o PCC e o Estado. Ou seja, foi-se explorando como as relações de poder estão dispostas no Sujeito *Veja*, no PCC e no Estado, assim como ele está ubíquo nos três de maneira sincrônica em busca do mesmo elemento; e, sem escrúpulos, unem-se de forma sub-repticiamente.

Por fim, deu-se por explícito que “[...] Foucault afirma que o poder disciplinar é essencialmente um fenômeno



moderno. Difere de formas anteriores de manipulação corporal, as quais eram violentas e muitas vezes performativas: torturas públicas, escravidão e enforcamento, por exemplo” (MAY, 2018, p.118). Isso pode valer para o Estado, o qual tenta aplicar o modelo de reeducação em locais, muitas vezes, sub-humanos denominado por *Veja* de “Universidade do Crime”, em tom que se aproxima do irônico, do pilhérico, do chiste. Mas para o PCC que tem suas próprias sanções, a escravidão dos seus soldados ao tráfico de drogas, o enforcamento da suprema corte pelo capital e as decretações de mortes e torturas públicas apresentam-se diametralmente oposto ao moderno. Isso dá a mídia uma liberdade exploratória para atender ao capital quando se vale do aprisionamento de sentidos.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução: Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALMEIDA, M.F.; XAVIER, M. M.; OLIVEIRA, F.R.P. de. *Um Discurso Dialógico-Discursivo em Capas de Revista da Veja*. Ariús Revista de Ciências Humanas e Artes – ISSN 2236-7101, versão online, 2016.
- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*. Tradução: Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1970.
- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. 3ª ed. ver. – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coordenação da Tradução: Fabiana Komesu. – 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2020.
- COURTINE, J.J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Paulo: Ed. UFSCar, 2014.
- FELTRAN, G. *Irmãos: uma história do PCC*. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- FERNANDES, C. A; SANTOS, J. B. C. *Análise do Discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: Entremeios, 2004.
- FERNANDES, C. A. *Em Foucault, o sujeito submergido no discurso*. Organizadores: Carlos Piovezani; Luzmara Curcino; Vanice Sargentini. In.: *Presenças de Foucault na Análise do Discurso*. São Carlos: EduFSCar, 2014.



_____. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 1ª ed. Goiás: Trilhas Urbanas, 2005.

FISCHER, R. M.B. *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. Organização: Luciano Amaral Oliveira. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª edição – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução: Salma Tannus Muchail. 6ª. Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *Em defesa da sociedade*. Tradução: Maria Ermantina Galvão. 2ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. Título Original: Il faut défendre la société.

_____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução: Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France*. Tradução: Eduardo Brandão. - São Paulo: Martins Fontes, 2008. Título original: Sécurité, territoire, population.

_____. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramalhe. Petrópolis, Vozes, 1987.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 15ª edição. – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992.

GREGOLIN, M. R. *AD: descrever – interpretar acontecimento e materialidade funde linguagem e história*. Organização: Pedro Navarro. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos*. 2ª ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

_____. M. R. V., *Recitações de mitos. A história na lente da mídia*. Organizadora: Maria do Rosário Valencise Gregolin. In.: Filigranas do discurso: as vozes da história. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

COULOMB-GULLY, M. *Gênero, política e análise do discurso das mídias*. Organizadores: Carlos Piovezani; Luzmara Curcino; Vanice Sargentini. In.: Presenças de Foucault na Análise do Discurso. São Carlos: EduFSCar, 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da Enunciação*. Organização: Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza e Silva. – São Paulo, Parábola Editorial, 2008.



MANSO, B. P; DIAS, C. N. *A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2018.

MAY, T. *A concepção de liberdade de Foucault*. In.: Michel Foucault: conceitos fundamentais. Editado por Dianna Taylor. Tradução: Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 1999.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª edição, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5ª edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

PÊCHEUX, M. *O Discurso: estrutura e acontecimento*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 7ª ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 5ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PIMENTEL, A.; BARROS, B. W. *As prisões no Brasil: espaços cada vez mais destinados à população negra do país*. In. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Ano 14, ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf> . Acesso em: 17 de fev. 2020.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução: Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovesani. - São Carlos: Claraluz, 2005.

RODRIGUES, F. *Acesso a informações públicas no Brasil: uma história de desrespeito à Constituição*. Organizadores: Silvia Ramos; Anabela Paiva. In.: Mídia e Violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

ROLIM, M. *A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Oxford Inglaterra: University of Oxford for Brazilian Studies, 2006.

SARGENTINI, V.M.O. *Dispositivo: um aporte metodológico para o estudo do discurso*. Organizadores: Kátia Menezes de Sousa; Humberto Pires da Paixão. In.: Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade. São Paulo: Intermeios, 2015.

SILVA, C. L. S. *VEJA: o indispensável partido neoliberal*. 2 vol. Tese – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense. Niterói - RJ, 2005.

SILVA, L. M. O. C; CABRAL, L. R. *Construção de Sentido: análise no gênero capa de revista*. Litera online. UFMA, nº 10, 2015.

SOARES, T. B. *Formação discursiva: uma noção com dois fundadores*. In. *Leitura, discurso & produção dos sentidos: múltiplas abordagens*. Série Estudos Reunidos, Volume 63. Org. Osalda Maria Pessoa – Jundiaí: Paco Editorial, 2019.



_____. *Múltiplas perspectivas em Análise do Discurso: objetos variados*. Organizador: Thiago Soares Barbosa. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

_____. *1969, O ano que não terminou: o acontecimento da Análise do Discurso*. In.: *No Campo Discursivo: teoria e prática*. Organizadores: Atilio Butturi Júnior, Sandro Braga e Thiago Barbosa Soares. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

VEJA. *O caso André do Rap: como as prisões viraram fábricas de criminosos*. Edição: 2709, 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/o-caso-andre-do-rap-como-as-priso-es-viraram-fabricas-de-criminosos/Brasil>>. Acesso em: 22 de jan 2021.

Recebido em 29 de março de 2021.

Aprovado em 19 de setembro de 2021.

69

DISCOURSE, MEDIA AND POWER: IMPRISONMENT OF SENSES AND FREEDOM BY ANDRÉ DO RAP

Abstract: This article aims to present the discursive elements that make up the cover of *Veja*, edition 2709, year 53, nº 43, of October 21, 2020, through the Discourse Analysis (AD) of French line; that is, inferring how print media acts ideologically in the social bulge from the subject *Veja*; and, thus, understand how the Public Safety theme establishes nuances between the verbal and the non-verbal. Mainly anchored in the theoretical-methodological support of Michel Foucault's archaeological period, the work undertaken describes and interprets discursive elements in the orbit of the theme whose title is "University of Crime" and in the background, photos by André do Rap offer a favorable ground to understand the complex relationship between the State, the media and parallel power. This text also does not dispense with a careful look at the composition brought by the editorial cover and the attempt to imprison the senses by the mainstream media. As for the results achieved, the work reveals how the power relations established between the Ideological

DISCURSO, MÍDIA E PODER:
APRISIONAMENTO DE
SENTIDOS E LIBERDADE...
Afluente, UFMA/CCEL, v.6, n.19,
p. 48-70, jul./dez. 2021
ISSN 2525-3441

and Repressive State Apparatuses are currently following a bias worthy of specific reflections such as the ones presented.

Keywords: Discourse Analysis; Media; Michel Foucault.



ⁱ Dominique Maingueneau em *Cenas da Enunciação* projeta um pensamento de bastante convergência como o que está sendo exposto aqui, vide: “Gêneros de quarto e quinto graus são em muitos aspectos similares: ambos precisam *construir cenografias estimulantes para convencer suas audiências*, dão sentido à sua própria atividade discursiva e propõem uma estrutura que deve estar em harmonia com o próprio conteúdo *enunciado*. No entanto, enquanto os gêneros de quarto grau, por exemplo, são impostos por obrigações sociais, aparecendo em decorrência de restrições sociais precisas, os gêneros de quinto grau dependem do modo pelo qual um autor coloca sua identidade em jogo. Portanto, enquanto textos publicitários têm como objetivo um determinado efeito (*essencialmente fazer pessoas comprar produtos*) e *estão sempre buscando a melhor forma de alcançar este resultado*, um autor religioso ou um romancista não podem realmente definir qual o seu objetivo quando estão publicando o seu texto[...].” (MAINGUENEAU, 2008, p.157, grifo nosso).

ⁱⁱ [...]”(Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/brasil/o-caso-andre-do-rap-como-as-prisoas-viraram-fabricas-de-criminosos/>> Acesso em: 22 de jan 2021).